



197

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0333814-1  
COMARCA: Paulista  
APELANTE (S): Estado de Pernambuco  
APELADO (S): Antônio José da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO RANIBIZUMABE (LUCENTIS - REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 1.0068.1056). PACIENTE PORTADOR DE MEMBRANA NEOVASCULAR SUBRETINIANA POR DEGENERAÇÃO MACULAR RELACIONADA À IDADE (DMRI) - (CID 10 H35.3). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia do medicamento/tratamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação da 'solicitação médica' e da 'prescrição médica' acostadas aos autos, subscritas pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13.733), do Hospital de Olhos Santa Luzia/Secretaria Estadual de Saúde, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Antônio José da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 300,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação solicitada, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0333814-1, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de Junho de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0333814-1  
COMARCA: Paulista  
APELANTE (S): Estado de Pernambuco  
APELADO (S): Antônio José da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0000981-92.2012.8.17.1090, que julgou procedente o pedido do autor, ora apelado, nos seguintes termos:

*"28. Diante do exposto, com fulcro nos artigos 6º, 196, 198, inciso II da Constituição Federal e art. 269, inciso I do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR, CONFIRMANDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO DEFERIDA** para determinar ao réu que forneça o medicamento LUCENTIS, enquanto perdurar o tratamento do autor, mediante prescrição médica atualizada.*

*29. Custas pelo réu na forma da lei. Sem honorários (Súmula 421 do STJ). (...)"*

Em face da referida sentença (fls.122/132), foram interpostos Embargos de Declaração (fls.138/140), os quais foram rejeitados "por não restar configurada nenhuma hipótese do art. 535 do CPC."

Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela (fls.21/27), o Estado de Pernambuco aforou Agravo de Instrumento (nº 0267830-8, em apenso), ao qual se negou seguimento, vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 19/09/2012 (fl.63 dos autos do AI em apenso).

Na via ordinária, o autor/apelado, portador de membrana neovascular subretiniana por degeneração macular relacionada à idade (DMRI) - (CID 10 H35.3), sustenta que tal patologia lhe acarreta baixa acuidade visual no olho direito, razão pela qual pugna pelo fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056) - na quantidade de 03 (três) ampolas, aplicando-se 01 (uma) ampola, intravítrea, por mês, no olho direito, durante 03 (três) meses -, e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, conforme preceituam a 'solicitação médica' (fl.13) e a 'prescrição médica' (fl.14), subscritas pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13.733), do Hospital de Olhos Santa Luzia/Secretaria Estadual de Saúde.

Assevera o autor/apelado a imprescindibilidade do referido medicamento "para melhora da acuidade visual, não havendo outra alternativa terapêutica, sem a qual não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*haverá controle do quadro, e sem produto similar que dê resultado.”, conforme se depreende da ‘solicitação médica’ mencionada (fl.13).*

Nesse sentido, aduz ter requisitado o referido medicamento à Secretaria de Saúde de Pernambuco, sendo tal pleito indeferido (fls.15/18 e 79/81) sob o fundamento de que **“Ainda não há protocolos estabelecidos para a utilização do Ranibizumabe no Sistema Único de Saúde (SUS).”**

Nesse panorama, o autor/apelado aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, caput, LXXIV, 6º, 193, 196/197, e 199, c/c os arts. 219/224 da Constituição Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

O Estado interpôs o presente apelo (fls. 149/153-verso) arguindo, em suma: (i) que a utilização do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) para o tratamento da enfermidade do autor/apelado teria caráter experimental, *off label*; (ii) que o autor/apelado postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (iii) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo autor/apelado não faz parte do elenco de nenhum programa do SUS e não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a legalidade, a economicidade e a eficiência; (iv) a ausência de provas quanto à necessidade/eficácia do medicamento/tratamento solicitado, à impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e à impropriedade da política de saúde existente; (v) que a aquisição de medicamentos pelo Poder Público é medida a ser adotada com observância das regras de direito financeiro e de direito administrativo, e deve ser realizada por meio de procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Carta Magna; (vi) que ante a ausência de previsão orçamentária, a compra do medicamento demandado, de alto custo, traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade; (vii) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo autor/apelado, ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; (viii) o descabimento e a exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo* (em R\$ 300,00/dia de descumprimento), a qual não poderia se configurar como ônus excessivo, sob pena de violação ao art. 461, § 4º, do CPC, pelo que requer a exclusão/redução da referida multa; e (ix) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação.

Em suas contra-razões (fls.167/170), reitera o autor/apelado os termos da exordial, e pugna pela manutenção da sentença vergastada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.183/188) *"pelo improvimento do Recurso de Apelação, mantendo-se a decisão recorrida em sua plenitude."*

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0333814-1  
COMARCA: Paulista  
APELANTE (S): Estado de Pernambuco  
APELADO (S): Antônio José da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, pugna o autor/apelado, pelo fornecimento, em forma prescrita pelo profissional que o acompanha (fls.13/14), da medicação Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056), por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A necessidade/eficácia do medicamento/tratamento solicitado, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação da 'solicitação médica' (fl.13) e da 'prescrição médica' (fl.14), subscritas pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13.733), do Hospital de Olhos Santa Luzia/Secretaria Estadual de Saúde, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado.

Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Antônio José da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls.13/18), pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

Ademais, a jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

*"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.**

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.

3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

**EMENTA:**

**PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.** - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR.** - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. **MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER.** - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repelido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006)".

Como antevisto, é fora de dúvida que o apelado é portador de membrana neovascular subretiniana por degeneração macular relacionada à idade (DMRI), patologia que ensejou o ajuizamento da presente ação pleiteando, para o tratamento respectivo, o fornecimento do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS - registro do Ministério da Saúde nº 1.0068.1056), não havendo que se falar, na hipótese dos autos, em utilização de caráter experimental, *off label*, de tal medicação.

E com relação a tal medicamento, subsistem certas peculiaridades a serem destacadas.

Conforme demonstra a Nota Técnica GAJ nº 0019/2012 (fls.16/18), subscrita pelo farmacêutico Admário Marques Gonçalves (CRF/PE 3807), e a própria bula do medicamento (fls.75/76), o Ranibizumabe (LUCENTIS) se apresenta em ampola de 2,3mg/0,23ml, com 10mg/ml da droga, devendo-se utilizar, em aplicações realizadas a cada 04 (quatro) semanas/mensalmente, a dose de 0,5 mg/0,05 ml de cada ampola.

A mesma Nota Técnica GAJ nº 0019/2012 assegura que "O tratamento é iniciado com uma fase de carga de uma injeção por mês, durante três meses consecutivos, seguida de uma fase de manutenção durante a qual os doentes devem ser monitorizados mensalmente quanto à acuidade visual."

201



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assim, e em sendo as aplicações mensais, pode-se aferir que será necessário o fornecimento de 03 (três) ampolas do medicamento Ranibizumabe (LUCENTIS) ao autor/apelado, a serem aplicadas na quantidade de 01 (uma) ampola/mês, intravítrea, no olho direito, durante 03 (três) meses consecutivos, conforme a solicitação médica' (fl.13) e a 'prescrição médica' (fl.14), e nos termos deferidos pela sentença *a quo* (fls. 122/132).

Ademais, é certo que após os 03 (três) primeiros meses de uso do referido medicamento, quando se adentra na denominada 'fase de manutenção', deverá o paciente ser monitorado mensalmente pelo oftalmologista, que, mediante laudo médico circunstanciado, indicará a utilização de novas doses do medicamento, se até então não houver resposta satisfatória.

Isto sem prejuízo da possibilidade de outras aplicações serem ulteriormente deferidas, a tempo e modo, acaso o médico assistente, uma vez concluídas as primeiras aplicações, venha a atestar, de modo circunstanciado, que o quadro clínico resultante exige a complementação do tratamento.

Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 300,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação solicitada, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento.

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**.

Recife, 18 de *maio* de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator